



O jurista Afonso Arinos fez uma lista de 40 nomes e conversou ontem com o ministro Flávio Peixoto sobre Constituinte

Líderes já discutem mensagem presidencial da Constituinte

O presidente José Sarney entregou ontem ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, a minuta da mensagem convocatória da Constituinte, determinando que a Assembleia seja instalada em primeiro de fevereiro de 1987, com pelo menos um ano de prazo para elaborar a nova Carta e que trabalhará paralelamente com o Congresso ordinário durante esse período. Lyra foi incumbido pelo presidente de levar o esboço aos líderes da Aliança Democrática — que apresentarão hoje suas sugestões finais durante a reunião do conselho político — e informou que os líderes de todos os partidos serão ouvidos sobre a proposta até sexta-feira, quando a mensagem deverá ser enviada ao Congresso.

Lyra definiu a mensagem — que tem apenas quatro artigos — como "simples e objetiva". A proposta remete a questão da participação dos senadores remanescentes — aqueles eleitos em 1982 com mandato de oito anos — ao próprio regimento interno da Assembleia, que definirá também sua organização e sistema de trabalho.

A mensagem deixa bem clara, segundo o ministro, a necessidade de existir um Congresso ordinário integrado pelos constituintes eleitos em novembro do próximo ano, para trabalhar concomitantemente à Assembleia Nacional Constituinte.

Lyra disse que o presidente Sarney chegou a essa decisão para evitar que se devolva ao Executivo o poder de legislar por decreto-lei, o que fatalmente aconteceria na ausência de um Congresso ordinário.

O modo de funcionamento simultâneo das duas casas, no entanto, não é detalhado na proposta de emenda do governo, que remete também essa questão à própria Constituinte. Segundo o ministro, a emenda deixa claro apenas é que não há perspectiva de qualquer interferência do Congresso na Constituinte. O Congresso trabalhará em cima da legislação ordinária e só poderá propor emendas à atual Constituição, em vigor, até a promulgação da nova carta.

A realização de um referendo popular — idéia que chegou a ser estudada pelo governo — não aparece na proposta de emenda. Segundo o ministro, essa questão, assim como a participação dos 23 senadores remanescentes, poderá ser objeto de discussão da própria assembleia.

Um outro assunto abordado pela mensagem do governo é a presidência dos trabalhos da assembleia, até que esta eleja seu próprio presidente. Lyra não quis adiantar a solução encontrada, mas garantiu que a mensagem indica o presidente da sessão de instalação, admitindo que, "em tese, poderá ser o constituinte mais velho".

A minuta redigida pelo professor Cêlio Borja consolida, segundo o ministro Fernando Lyra, as opiniões ouvidas pelo presidente Sarney junto ao Conselho Político do governo ao longo do processo. O ministro afirmou que a preocupação do governo, em sua proposta, é fazer com que a Constituinte seja realmente livre e soberana, de acordo com os compromissos da Aliança Democrática. O ministro disse também que a intenção do presidente Sarney sempre foi a de enviar uma mensagem "substantiva", deixando a maioria das questões a cargo da própria assembleia.

A minuta consolida, segundo o ministro Fernando Lyra, as opiniões ouvidas pelo presidente Sarney junto ao Conselho Político do governo "ao longo do processo". A intenção é de enviar uma mensagem "substantiva", deixando a maioria das questões a cargo da própria Assembleia.

Conselho aprova hoje

Os líderes da Aliança Democrática no Congresso esperam discutir e aprovar, na reunião de hoje do Conselho Político do Governo, o projeto de emenda constitucional de convocação das eleições para a Assembleia Constituinte — a ser enviado sexta-feira ao Congresso pelo chefe do Executivo. Pela manhã, o ministro da Justiça deu prévio conhecimento da matéria ao líder governista Pimenta da Veiga.

A proposta do presidente Sarney confirma as eleições para a Constituinte para o dia 15 de novembro de 1986. A Assembleia Constituinte seria instalada a 1º de fevereiro de 1987, com o prazo de quatro ou cinco meses para realizar sua tarefa. O ministro Fernando Lyra adiantou que a emenda teria algumas novidades.

Uma delas poderia ser a definição indiretamente da situação dos 23 senadores eleitos diretamente em 1982, com mandato até 31 de janeiro de 1990. A proposta estabelecerá que o novo Congresso, a ser eleito em novembro do próximo ano, teria funções de Constituinte. Nesse caso, os senadores em pleno exercício do mandato — representando um terço do Senado — atuariam em igualdade de condições com os que se elegerem em 86.

O assunto foi examinado, ontem, entre o presidente

Pontos básicos da convocação da Assembleia Nacional Constituinte:

- * a eleição será dia 15 de novembro de 1986
- * a Assembleia será instalada em 1º de fevereiro de 1987
- * o prazo para elaboração da nova Carta será de 5 meses
- * os atuais senadores eleitos em 1982 continuam sem nenhum prejuízo
- * o parlamentar eleito em 1986, sem prejuízo de suas funções, integra a Assembleia Nacional Constituinte

Sarney e o senador Luiz Viana (PDS-BA) — um dos 23 com mandato até janeiro de 1990.

Há informações, também, dando conta de que a proposta de convocação de eleições para a Constituinte não faria qualquer alusão aos senadores eleitos em 1982. Esse problema seria definido pela própria Constituinte, após sua instalação, possivelmente mediante resolução interna.

Entre os senadores com mandato até janeiro de 1990 figuram o ministro Marco Maciel (licenciado do Senado), Jorge Bornhausen (presidente do PFL), Albano Franco (presidente da Confederação Nacional da Indústria), Guilherme Palmeira (1º vice-presidente do Senado), Carlos Chiarelli (líder do PFL), Itamar Franco, Luiz Viana, Marcondes Gadelha, Roberto Campos, Severo Gomes, entre outros.

Quarta-feira esse grupo vai reunir-se, para tentar uma posição comum diante da questão. A tendência é a de solicitar que o presidente Sarney defina o assunto na proposta a ser submetida ao Congresso. Caso contrário, haveria a possibilidade de falta de quorum para aprovar a emenda do governo: sem os 23 senadores eleitos em 1982, não seria alcançado os dois terços para a aprovação.

Arinos alerta para pressões

Rio — O jurista Afonso Arinos de Melo Franco, presidente da comissão que prepara um anteprojeto de carta para a Assembleia Nacional Constituinte, disse ontem no Rio acreditar que haverá pressões do poder econômico no processo de elaboração de uma Nova Constituição, inclusive de origem externa. «Acredito na influência dos países ditatoriais do Leste Europeu e dos países capitalistas do Ocidente», disse o jurista. «Eles podem influir através de medidas de pressão econômica». Arinos recebeu ontem o ministro Flávio Peixoto, com quem conversou bastante.

Afonso Arinos destacou que, internamente, é necessário distinguir as pressões legítimas voltadas para o interesse nacional e aquelas «praticadas por minorias». Acrescentou que pessoalmente tendo sido eleito diversas vezes para cargos parlamentares, nunca se submeteu a qualquer pressão. Referindo-se às pressões externas, afirmou: «Eles que tentem. A questão é nós nos defendermos contra isso».

Arinos fez essas afirmações logo após se encontrar na sua casa com o ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Flávio Peixoto. O jurista insistiu na tese de que no processo da Constituinte «o Brasil não pode simplesmente imitar os outros países», inclusive no que se refere ao meio ambiente e à habitação. «Há uma criatividade nacional que vem da própria natureza do brasileiro», afirmou.

Afonso Arinos disse também que ontem à tarde o seu filho Francisco de Melo Franco viajou a Brasília para levar ao presidente José Sarney uma lista «alternativa» de nomes para a composição da comissão da Constituinte.